



Anais da Assembleia

N.º 146

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 1978

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 135ª SESSÃO ORDINÁRIA (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 1978

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Fuad Nacli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Manoel Gaona, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.º 155/78

Curitiba, 13 de dezembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a permutar áreas com a Associação Atlética Banco do Brasil, de Wenceslau Braz.

A necessidade da medida ora submetida a essa augusta Assembleia Legislativa, decorre do fato do Departamento de Estradas de Rodagem, ao estabelecer um novo traçado para a Rodovia PR-092 (ex-PR-01), no trecho Wenceslau Braz-Siqueira Campos, ter atingido a área de 16.884,00 metros quadrados, de propriedade da Associação Atlética Banco do Brasil de Wenceslau Braz.

A referida Associação formalizou pedido de permuta da área de sua propriedade, atingida pela faixa de domínio da PR-092, pela área de 9.400,00 metros quadrados, correspondente à faixa de domínio da antiga PR-01 e a ser desmembrada de área maior, da ordem de 40.800,00 metros quadrados, pertencente ao Estado do Paraná, cuja proposta foi considerada de interesse da Administração.

Tendo em vista o interesse público de que está revestido o assunto, solicito sua inclusão no rol das matérias que serão apreciadas durante a atual convocação extraordinária dessa Casa de Leis.

Certo de que a medida ora submetida a essa colenda Casa de Leis merecerá o necessário apoio e conseqüente aprova-

ção, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) OCTÁVIO CESÁRIO PEREIRA JÚNIOR
Governador em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar a título oneroso com a Associação Atlética Banco do Brasil, de Wenceslau Braz, uma área de terreno de propriedade desta, com 16.884,00 m², entre as estacas 2.933 mais 19,9 m à 2.947 mais 5,10 m, do novo traçado da PR-092, por outra de 9.400,00 m², correspondente a uma faixa de domínio da antiga PR-01 a ser desmembrada da área de 40.800,00 m², pertencente ao Estado do Paraná.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 156/78

Curitiba, 13 de dezembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios abaixo especificados, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa.

MUNICÍPIO e N.º DO CONVÊNIO	Data da Celebração
Ivaí - 93/78-SEPL	05/12/78
Wenceslau Braz - 246/78-SEPL	06/12/78
Lobato - 249/78-SEPL	06/12/78
São José dos Pinhais - 251/78-SEPL	06/12/78
Cidade Gaúcha - 257/78-SEPL	06/12/78

Tendo em vista o interesse público de que está revestido o assunto, solicito sua inclusão no rol das matérias que serão apreciadas durante a atual convocação extraordinária dessa Casa de Leis.

Certo de que a medida ora submetida a essa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) OCTÁVIO CESÁRIO PEREIRA JÚNIOR
Governador em exercício

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 157/78

Curitiba, 13 de dezembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios abaixo especificados, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa:

MUNICÍPIO e N.º DO CONVÊNIO	Data da Celebração
Palmas - 237/78-SEPL	22/11/78
Ubiratã - 243/78-SEPL	21/11/78

Araruna - 244/78-SEPL 20/11/78
 Campina da Lagoa - 245/78-SEPL 20/11/78
 Tomazina - 247/78-SEPL 21/11/78

Tendo em vista o interesse público de que está revestido o assunto, solicito sua inclusão no rol das matérias que serão apreciadas durante a atual convocação extraordinária dessa Casa de Leis.

Certo de que a medida ora submetida a essa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) OCTÁVIO CESÁRIO PEREIRA JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 158/78

Curitiba, 13 de dezembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios abaixo especificados, e interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FÁMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

MUNICÍPIO e N.º DO CONVÊNIO	Data da Celebração
Bandeirantes - 147/78-SEPL	22/11/78
Francisco Alves - 161/78-SEPL	21/11/78
Kaloré - 176/78-SEPL	09/11/78
Quitandinha - 196/78-SEPL	24/11/78
Salto do Itararé - 201/78-SEPL	09/11/78
Tomazina - 217/78-SEPL	09/11/78

Tendo em vista o interesse público de que está revestido o assunto, solicito sua inclusão no rol das matérias que serão apreciadas durante a atual convocação extraordinária dessa Casa de Leis.

Certo de que a medida ora submetida a essa colenda Casa de Leis merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) OCTÁVIO CESÁRIO PEREIRA JÚNIOR

Governador em exercício

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 159/78

Curitiba, 13 de dezembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município abaixo especificado, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, visando a aplicação de recursos financeiros da referida Coordenação em obras que objetivam o desenvolvimento urbano do referido município signatário.

MUNICÍPIO e N.º DO CONVÊNIO	Data da Celebração
Rio Branco do Sul	25/10/78

Tendo em vista o interesse público de que está revestido o assunto, solicito sua inclusão no rol das matérias que serão apreciadas durante a atual convocação dessa Casa de Leis.

Certo de que a medida ora submetida a essa colenda Casa de Leis merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) OCTÁVIO CESÁRIO PEREIRA JÚNIOR

Governador em exercício.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

Ofícios:

Sob o n.º 1482/78, do Senhor Roberto Leandrini, Presidente da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, no qual encaminha cópia do requerimento de autoria do nobre Vereador Atílio Bertochi, e subscrito por outros senhores edis aprovado por aquele Legislativo em Sessão realizada no dia 30 último, sugerindo a adoção de providências no sentido de amparar os menores não infratores, recolhidos pelas Fundações de Menores, conforme o exposto na referida propositura. — Ao conhecimento da Casa.

Telegrama:

Nos seguintes termos:

Nome Município Assis Chateaubriand levamos efusivos cumprimentos Deputados Eleitos et. Reeleitos que altas decisões tomadas sejam sempre direcionadas à População Paranaense pt.

Keite — Prefeito Municipal

— Ao conhecimento da Casa.

Ofício n.º 440/78-2L

Do Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, solicitando a esta Casa, providências junto aos escalões mais elevados da República, no sentido de que as Resoluções de n.ºs 47, 50 e 52, sejam mantidas. — Ao conhecimento da Casa.

Telex:

Telex da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, ressaltando a importância do Engenheiro Agrônomo perante a comunidade paranaense e sua contribuição para o desenvolvimento da Agropecuária Estadual. — Ao conhecimento da Casa.

Ofício n.º 52/78

Da Associação das Câmaras de Vereadores da Faixa de Fronteira - "AFRONT" encaminhando a esta Casa, cópia da Ata da I Assembléia Regional daquela Associação, realizada em Medianeira. — Ao conhecimento da Casa.

Telegrama:

Nos seguintes termos:

Manifesta-se contrário a discriminação contra o Engenheiro Agrônomo através da Mensagem Governamental 148/78 vg enquadrando a classe em cargos somente a partir da 2.ª categoria pt

Lembramos a V. Excia. a importância do Engenheiro Agrônomo perante a comunidade paranaense e sua contribuição para o desenvolvimento da Agropecuária Estadual que vg ainda considerando o currículo de formação deste profissional vg justificam plenamente seu enquadramento em cargos de 1.ª categoria pt

Atenciosamente

Eng. Agr. Agide Meneguette

Presidente da AEA/PR

— Ao conhecimento da Casa.

Ofício:

Sob o n.º 3148/78, do Senhor Odir Gomes da Rocha, Presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, solicitando a esta Casa de Leis e em nome da Classe que é representante oficial e legal, para a conversão rápida do Projeto de Lei relativo ao reajustamento dos valores dos vencimentos mensais do Pessoal Público. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e com apoio do Plenário, requer a inserção em ata nos trabalhos desta Casa, de um voto de profundo pesar

pelo infausto e prematuro falecimento do Padre Vigário de Tomás Coelho, Francisco Belinoski bem como do Diácono Nalepa Stigar, ambos da Congregação da Missão.

O sacerdote, além de suas atribuições como Vigário da Paróquia de São Miguel, no Município de Araucária, exercia as funções de Coordenador da Pastoral da Arquidiocese de Curitiba e sua vida foi tragicamente ceifada, no dia 17 do corrente, quando se dirigia para celebrar Missa numa das Capelas da localidade.

Requer, outrossim, que da deliberação desta Casa, seja dado ciência, ao Senhor Arcebispo Metropolitano, Dom Pedro Fedalto e ao Superior Provincial da Congregação da Missão, Pe. Ladislau Biernaski, ambos nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1978.

(a) Luiz Roberto Soares

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do padre Francisco Belinoski, do Seminarista Vicente Nalepa Stigar e do carpinteiro Fernando Costa em trágico acidente ocorrido dia 17 último, no Município de Araucária.

Outrossim, requer, após a aprovação do presente, seja dado ciência às famílias enlutadas.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1978.

(a) Maurício Fruet

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em ata, nos trabalhos de hoje, de um voto de pesar pelo infausto passamento do Dr. Luiz Carlos Montenegro, alto funcionário do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, e de tradicional família lapeana, ocorrido ontem, dia 19/12/78, nesta Capital.

Requer ainda, que da decisão do Plenário, se dê ciência à viúva Sra. Dione Montenegro e filhos, residentes à rua Carlos de Carvalho, n.º 198.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1978.

(a) Ivan Rüppel

JUSTIFICATIVA:

A morte do Dr. Luiz Carlos Montenegro, figura profundamente humana, enlutou não só a sua ilustre família, mas toda a sociedade paranaense, particularmente àqueles que tiveram o privilégio de privar de sua amizade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer dispensa de publicação da Redação Final, dos seguintes projetos:

PROJETOS DE LEI N.ºs 189/78, 190/78, 196/78, 197/78, 199/78, 200/78 e 201/78.

PROJETOS DE RESOLUÇÃO N.ºs 89/78, 91/78, 100/78, 109/78, 114/78 a 116/78, 124/78 a 128/78, 132/78, 204/78 a 209/78, 210/78 a 219/78, 221/78 a 227/78, 230/78 a 233/78, 240/78 a 249/78, 250/78 a 259/78, 260/78, 263/78 a 265/78, 269/78 e 270/78, 279/78 a 284/78, 286/78, 110/78 e 111/78.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1978.

(a) Jorge Sato

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas

regimentais, respeitosamente requer a V. Ex.^a, se digne determinar a juntada do Ofício n.º 3966, do Tribunal Regional Eleitoral, ao Projeto de lei que eleva o número de vereadores da Câmara Municipal de Cascavel, de 15 para 21, de autoria do signatário deste e do Deputado Accioly Neto.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer, ouvida a Casa, seja juntado ao processo do Projeto de Lei n.º 95/77, o Of. n.º 602/77, de 16 de setembro de 1977, protocolado nesta Casa sob n.º 392/78, do Secretário de Estado dos Transportes, o qual veio em resposta ao ofício de n.º 1643/77/DA/DE/SC de 19 de outubro de 1977, da 1.ª Secretaria desta Assembléia, e que encaminhava cópia de inteiro teor do requerimento aprovado por esta Casa, em Sessão Plenária do dia 17 de outubro daquele ano, de autoria do requerente.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1978.

(a) Augusto Carneiro

JUSTIFICATIVA:

O requerimento em questão, aprovado em Sessão Plenária de 17 de outubro de 1977, solicitava fosse submetido a exame e consideração da Pasta acima mencionada, ou seja, da Secretaria dos Transportes, o Projeto de Lei n.º 95/77, que tem como objetivo principal a concessão da redução de 50% nas tarifas de transporte coletivo de passageiros intermunicipais a toda a classe estudantil.

Em resposta, o Sr. Secretário informou que o Projeto de Lei n.º 95/78, que se encontra em pauta nesta Casa, para exame e discussão, fere frontalmente a Constituição Federal em seu art. 167 e o Regulamento dos Serviços de Transporte de Passageiros do Estado do Paraná, em seus arts. 29, 30, 39 e 42, ferindo também os direitos das Empresas Concessionárias dos Serviços, que recebem do usuário o preço justo da passagem, com o índice aprovado por autoridades competentes, que no caso é o Conselho Interministerial de Preços - CIP.

Assim, devido à importância da matéria contida no referido ofício, de vital interesse para a condução e solução do problema, em sua fase de discussão e decisão pelos nossos ilustres Pares, entendemos ser necessário que o ofício em questão faça parte integrante do processo relativo àquele Projeto de Lei.

Desta forma, solicitamos aos ilustres Pares o apoio e aprovação do presente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

Atendo à questão de ordem de V. Ex.^a, pedindo inversão na colocação do nome dos oradores que deverão usar da palavra.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos observado pelos vários programas de televisão, que um dos fatores de maior preocupação na área do Governo, é o relativo à saúde do seu povo; e, aqui, no Paraná, no Estado do Paraná, a carência de leitos em hospitais tem sido uma constante marcada por vários anos e até décadas, e que pelo volume de seu crescimento demográfico vem intensificar, ainda mais, essa preocupação e trazer à sua população, à sua sociedade, um grande problema de falta de leitos nos hospitais. Ao percorrermos a composição e a preocupação de outros governos estaduais, vamos encontrar, no Rio Grande do Sul, um grande hos-

pital para o servidor daquele Estado, hospital esse que se destaca pelo seu alto nível técnico e pela sua representatividade no concerto da área da saúde.

Em São Paulo, no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, em quase todas as Capitais de grande porte do País, existe um hospital que se desponsa no mais alto conceito técnico, na mais alta responsabilidade da ciência da medicina. E, aí está, em São Paulo e no Rio de Janeiro, o hospital do servidor, trazendo enormes benefícios para a classe daqueles que servem aos governos. E, é com esse pensamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que venho, preliminarmente, a esta tribuna, propor, e requerer e alertar às autoridades do Estado do Paraná, para que, através da dinamização e da agilização no atendimento do servidor público, e o Governo haja, por bem, implantar no Estado do Paraná também, de alto nível técnico, de alto nível para servir à população de servidores do Estado, o hospital do servidor do Estado do Paraná. E é preciso que se lembre que esta proposição que faremos, por escrito, e baseado numa exposição de motivos que justifica a implantação desta medida, oportunamente e é para definir esses caminhos, já que a imprensa está a dizer tempos novos no Paraná, o servidor público do Paraná precisa, também, de ter respaldada a sua posição para dignificar o conceito de funcionalismo público, sobretudo, o servidor do Estado do Paraná, que precisa merecer, do seu Governo que vai se implantar a partir do próximo ano, a idéia de construção do hospital do servidor paranaense, a exemplo do que já existe, como dissemos, em São Paulo e no Rio de Janeiro, cujos hospitais desponsam no conceito de melhor hospital, de melhor instalação, onde médicos dos mais conceituados servem, inclusive, para escola de tantos outros que estão servindo na tecnologia, dessa ciência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Esta é a proposição que faço, hoje, da tribuna e espero que, aos poucos, seja uma idéia que vá sendo absorvida pelo Governo e admitida para que, o futuro Governador do Estado, admita e entenda da necessidade de construir o hospital do servidor do Paraná, para que, também, aqui em Curitiba, possa ser implantado um grande hospital e de alto nível técnico para satisfazer as necessidades, não só dos servidores mas, sobretudo, dos servidores do Estado, quando se vê na Santa Casa de Misericórdia, quando se vê no Hospital de Clínicas, no Hospital Evangélico e tantas outras casas de saúde desta Capital, uma enorme carência de leitos, é preciso que se levante alguém e defenda a idéia de se construir, no Estado do Paraná, o hospital do servidor público de seu Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara, representante de Paranaguá.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recentemente, ou melhor, no dia de ontem, o Governo Federal, ou a SUNAB, ou o órgão responsável autorizou o aumento de 10% no café em pó. O café em pó é vendido atualmente a 64 cruzeiros e oitenta centavos e ele passará a ser vendido a partir do dia 26, pelo preço de Cr\$ 71,20, implicando num aumento de 10%.

No momento em que as torrefações estão fazendo uma concorrência entre si, elas entregam o produto ao supermercado, deveriam entregar ao preço de 60 cruzeiros o quilo, e estas passariam a vender ao consumidor a Cr\$ 64,80. Ocorre que o mercado de consumo interno está tão largado, por culpa exclusiva do Sr. Presidente do IBC, Dr. Camilo Calazans, que as torrefações fazem uma concorrência entre si e entregam este café a Cr\$ 52,00, estariam entregando a 52 cruzeiros o quilo, oito cruzeiros menos do que o preço estipulado para ser entregue ao supermercado.

Ora, Srs. Deputados, evidentemente, numa hora em que estão fazendo uma guerra de preços, baixando o custo do artigo,

vem a SUNAB ou o Governo Federal autorizar um aumento de 10%, é uma cretinice das mais estranháveis. Este aumento que foi um verdadeiro presente de Papai Noel, servirá somente para aumentar o custo de vida. E os torrefadores dentro da nefasta política cafeeira do IBC, estão comprando café e impondo preços que bem entendem.

Quando o comércio exportador e comerciantes, lavradores, têm um financiamento, pasmem, Srs. Deputados, o absurdo, o Sr. Deputado Lázaro Dumont que tem demonstrado ser um estudioso no assunto, o preço de financiamento para o exportador, e o comerciante de café é de 1.250 cruzeiros por saca, para cafés tipo 6 para melhor. O IBC concede às torrefações, por intermédio do Banco do Brasil um financiamento ao preço de 1.600 cruzeiros por saca, para cafés tipo 8, café bem inferior, por preço muito superior. E assim mesmo as torrefações têm 60 dias para comprovar a compra, a juros de 2% ao mês. É um negócio da China!

Mas nós estamos preocupados com informações prestadas pelo Sr. Camilo Calazans, que não correspondem à verdade. Ele anunciou que os estoques de cafés robusta, que é um café sem paladar, procedente da África e que serve apenas para fazer liga com cafés nosso, inclusive aqui no Brasil. Esse café robusta adquirido pelo IBC, por ocasião da intervenção na Bolsa de Londres, chegados ao Brasil, através dos portos de Vitória e do Rio de Janeiro, diz o Sr. Calazans que a partir de 1979 ele se dispõe a vender esse café para as Companhias de Solúveis ao preço de 2.200 cruzeiros, por saca.

Nós gostaríamos de perguntar ao Sr. Calazans se estes estoques ainda existem e se ele está importando mais para suprir as necessidades do mercado solúvel.

Nós não queremos travar polêmica com o Sr. Camilo Calazans que foi muito grosseiro na entrevista que se dispôs a dar a jornalistas do Norte do Paraná. Quando ele indagado por um repórter, o que ele tinha a dizer sobre a conduta do Deputado Nelson Buffara, que tinha dito, disse e repito, está nos Anais da Casa o que eu disse e ratifico inteira e totalmente, que ele grande na obesidade e pequeno no caráter, ele retorquiu que não conhecia o Deputado, ele conhece-me, foi-me apresentado em Paranaguá quando lá estive engodando, enganando como sempre fez na Direção daquela autarquia, mas que não conhecia o Deputado Nelson Buffara e que fazia muito pior do Deputado do que o Deputado fazia dele.

A mim não interessa. Represento aqui, nesta Casa, oito mil cento e oitenta e um parnanguaras, dentre os quais, a maioria, trabalhadores que se viram frustrados na regulamentação daquela famigerada Resolução, que nos trouxe à tribuna por tantas vezes.

Nós podemos criticá-lo, isto sim, porque ele teve a petulância de declarar em Londrina que foi uma burrada que ele cometeu. Declaração do Sr. Camilo Calazans, foi um burrada, entre aspas, os jornais publicaram a entrevista que ele deu. E que isso tudo, num pressuposto de informações que não procediam, dadas por comerciantes de café da praça de Santos, por corretores de café.

Ora, se o Sr. Camilo Calazans, resolveu tomar por termo, informações capciosas de comerciantes de café da praça de Santos, de corretores, e com base nessas informações baixou aquela Resolução, para depois de cinco semanas cancelá-las, alegando que não foi pressão do governo paulista mas teria sido por uma burrada que ele cometeu.

Então, se o Sr. Camilo Calazans declara que foi uma burrada, antes dele revogar esta Resolução, deveria ter a hombridade que ainda hoje cobramos dele, mais uma vez, a hombridade, a decência, o caráter, de reunciar a condição de Presidente da autarquia que nunca soube dirigir, deixando o comércio cafeeiro num caos total, como está o comércio cafeeiro de todo o Brasil, preço insustentável da mercadoria. Ninguém tem condições de sobreviver. Ele faz uma série de com-

parações, nenhuma convence aos comerciantes de café, muito pelo contrário, ele cria um desestímulo ao comércio do nosso principal produto, e agrava a situação porque é um cidadão que não tem o menor respeito no exterior, as resoluções que ele toma, todas elas são tomadas como gracejo, pelos importadores, a quem ele não inspira o menor conceito nem a mínima credibilidade.

Eu queria, nesta oportunidade, dizer aos Srs. Deputados, que eu vou preparar um discurso onde vou posicionar a minha, não radicalização em função ao Sr. Camilo Calazans, mas defini-lo como Presidente daquela autarquia, e os compromettimentos que ele tem tido através desta nefasta Presidência. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Dia 14 de dezembro, Paranaíba completou 26 anos de sua independência política. O feriado foi decretado mas a data não foi solenemente festejada. Não fosse a inauguração do novo prédio da Câmara Municipal, totalmente desprestigiada, teria passado a efeméride.

Ainda bem que os Srs. Vereadores de Paranaíba, compreendendo o alto significado do feriado municipal, resolveram em sessão extraordinária, entregar títulos de cidadania honorária a homens públicos que merecidamente ou não fizeram jus a honraria. Entre eles Rolf Lukmoss de Crhisto, Diretor Superintendente da Sucepar, órgão público que manipula verbas destinadas ao combate à erosão. Como se recorda somas vultosas constam do orçamento da União e do Estado para erradicação ou combate ao verdadeiro câncer da terra, sobretudo na região Noroeste do Paraná da qual Paranaíba desponta como uma das principais cidades, graças a sua situação geográfica e a atividade agropecuária de seus munícipes.

Mais um título outorgado a um homem público que se prestou serviço à comunidade, nada mais fez que cumprir o seu dever. Hoje, o cumprimento de elementar dever constitui relevante serviço público para fins de concessão de títulos beneméritos. Enriquecida está a numerosa coleção do Sr. Diretor da Sucepar que também transforma o órgão que dirige em órgão político-partidário. Brevemente deverão assinar convênios com aquela entidade os Municípios de Tamboara, São João e Santo Antônio do Caiuá onde os Prefeitos, eleitos pelo M.D.B., aderiram aos candidatos arenistas sob pena de não assinarem os convênios com a Sucepar para controle e combate à erosão urbana nas sedes dos seus municípios. A primeira cláusula do compromisso ilegítimo, que está a desafiar os verdadeiros princípios da Revolução de 1964, foi cumprida. A Arena foi a grande vitoriosa nos municípios citados e pressionados. Certamente os convênios serão assinados e naqueles Municípios, a comunidade reconhecida aos relevantes serviços prestados, haverá de conferir títulos honoríficos ao ilustrado e douto Diretor da Sucepar contribuindo, assim, para que Sua Excelência Rolf Lukmoss de Christo, se transforme também no grande benemérito ou no maior detentor de honrarias do Estado do Paraná.

Saudamos Paranaíba na sua data magna. É um dever que emana de nossa gratidão à terra querida. Respeitemos porém, a revolução e a corrupção. Afinal, o respeito ao "binômio público" constitui cumprimento de elementar dever ao qual se obriga, nos dias atuais, todo cidadão brasileiro."

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Consulto a liderança do Movimento Democrático Brasileiro sobre se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

(Declina).

Tendo declinado, consulto a liderança da Aliança Renovadora Nacional se quer fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 197/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 147/78, visa dar nova redação ao artigo 65, da Lei n.º 5.849, de 25.12.68. (VENCIMENTOS DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO). Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, este projeto que o MDB, segundo a própria alocação da liderança, está favorável à sua aprovação, entretanto, se trata de um projeto, ou de uma mensagem, que se converteu num projeto de lei; mas se refere aqui, para os fins constitucionais, o anteprojeto visa a redação do artigo 65 da lei 5.849. Eu perguntaria à Presidência, qual é esta lei 5.849?

Depois eu poderei tecer as considerações relativas ao objeto de minha palavra. Parece-me aqui, Sr. Presidente, para adiantar, que se trata de uma lei complementar, como lei complementar requer "quorum" especial para votação, eu indago a V. Ex.^a se, realmente, se refere à lei complementar?

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sr. Deputado, em relação a sua questão de ordem, esta Presidência está procurando melhores informações para que também tenha condições de atendê-lo na sua questão de ordem.

A Assessoria da Presidência está providenciando primeiramente o projeto, para, depois, chegarmos a uma conclusão do que se refere o artigo da Lei 5.849.

Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, o Projeto de Lei n.º 197/78 foi, por esta Presidência, concedido vistas ao Deputado Enéas Faria o qual está com o projeto e até o momento esta assessoria...

Esta Presidência suspende a sessão por 10 minutos, até que cheguem as informações solicitadas pelo Deputado Fidelcino Tolentino.

(É suspensa a sessão)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está reaberta a sessão.

Com referência à Questão de Ordem levantada pelo eminente Deputado Fidelcino Tolentino, a Presidência, agora, pode informar que, com relação à Lei n.º 5.849 é a que dispõe sobre o Estatuto do Ministério Público e dá outras providências.

Em discussão o Projeto de Lei n.º 197/78.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para discutir). Sr. Presidente, a minha preocupação é justamente estabelecer, no processo legislativo o critério determinado pela Lei, não só pelo Regimento, mas pela Constituição, para se evitar a eventualidade de nulidade no processo legislativo.

Esta é a minha preocupação. Parece-me que V. Ex.^a não tenha entendido o aspecto do meu argumento levantado.

Então, requeiro a V. Ex.^a que determine o processo de votação de acordo com a Lei.

É esta a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência informa ao nobre Deputado que o processo de votação será o mesmo, apenas deverá ter a maioria absoluta dos Srs. Deputados presentes no Plenário.

Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 197/78.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem). Sr. Presidente, o artigo 26, da Constituição, diz: "As leis complementares à Constituição, serão aprovadas por maioria absoluta

dos membros da Assembléia, observados os demais termos da votação das leis ordinárias.

§ Único — Consideram-se leis complementares: a Lei Orgânica dos Municípios, o Estatuto dos Servidores Cíveis, o Estatuto do Ministério Público...”, que é o caso em tela.

Então requeiro da V. Ex.^a que assim proceda.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Continua em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos à terceira discussão do Projeto de Lei n.º 197/78, que trata dos vencimentos dos membros do Ministério Público e, eu não poderia deixar de vir a esta tribuna, para me manifestar a respeito deste projeto de lei que, diga-se de passagem, faz justiça aos homens que compõem o nosso Ministério Público, mas, justiça também deveremos fazer, desta tribuna, ao nobre Deputado Enéas Faria que, quando aqui se discutiu os vencimentos dos Senhores Juízes do nosso Tribunal de Justiça, apresentou uma emenda, emenda esta que equiparava os vencimentos dos Senhores Promotores, aos dos Senhores Juízes, exatamente dentro do espírito do projeto de lei que estamos discutindo.

Assim sendo, para registro, e que para os Anais desta Casa registrem a iniciativa daquele Deputado, queremos relembrar alguns fatos que levam a constatarmos, entristecidos, a covardia de alguns elementos do Ministério Público deste Estado, quando o ilustre Deputado Enéas Faria pretendeu, através daquela emenda, de que houvesse equiparação de vencimentos entre o Ministério Público e os Juízes do nosso Tribunal de Justiça; esta Casa foi invadida, e, houve pressão de ilustres Promotores, Promotores estes que, estavam à disposição do Palácio, em especial, da Casa Civil, para pressionarem os Senhores Deputados, que, fizessem retirar a emenda, alegando de que, se não houvesse a retirada da emenda, novos vencimentos não seriam pagos conforme se pretendia.

Isto é altamente grave para a situação em que nos encontramos hoje, porque, será que os Senhores Promotores melhoraram o seu padrão, após aqueles fatos? Será que somente agora, eles têm direito de equiparação com os Senhores Juízes?

E, aqui, eles estiveram pressionando, para não receber, pressionados que foram pelos seus chefes imediatos, pois, a maioria dos que aqui estavam e aqui estiveram, eram homens altamente comprometidos com o Executivo, porque, homens que pertencem a cargos em comissão junto ao Executivo.

Enquanto o Promotor, no Interior pleiteava a sua equiparação de vencimentos, aqueles que já se encontram na Capital vinham pleitear de que, tal equiparação não fosse concedida.

Por isto, por um dever de justiça, nós queremos hoje, desta tribuna, deixar marcado que, a iniciativa desta lei que hoje estamos a aprovar, não pertence ao Executivo, porque, muito antes, um Deputado desta Casa e ilustres outros Deputados tanto da ARENA quanto do MDB, deram Parecer favorável à equiparação, equiparação que, diga-se de passagem, deverá, imediatamente, ser estendida aos Delegados de Polícia, para que tenhamos realmente polícia nesta terra, como já se pleiteia em São Paulo porque, convenhamos, o papel de um Delegado de Polícia, e para termos Delegados de Polícia de carreira realmente, à altura do cargo, precisamos a equiparação também, com os Senhores Promotores e Senhores Juízes, porque enquanto pagarmos mal aos Delegados de Polícia, não teremos justiça, mesmo não teremos justiça, porque a justiça se inicia, quase sempre, no inquérito aberto pelo Delegado de Polícia.

Por isto, neste momento em que quero deixar assinalada a participação do nobre colega Enéas Faria, nesse projeto que ora estamos aprovando, quero também deixar lançada a idéia, de que o Executivo remeta a esta Casa, a equiparação dos vencimentos, equiparação com Juízes e Promotores, dos Delegados de Polícia, de carreira, para que, realmente, repito, comecemos a Justiça já dentro das próprias Delegacias.

Meus parabéns ao Deputado Enéas Faria, que, oportunamente, ao apresentar a emenda, naquela oportunidade, vislumbrou que Promotores e Juízes merecem o mesmo padrão, merecimento que também estendo, neste momento, aos Delegados de Polícia. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Em votação.

Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — **Aprovado.**

Esta Presidência tem a máxima satisfação de anunciar a presença nas galerias de honra da Assembléia Legislativa, de S. Ex.^a, o Sr. Deputado Federal, Sebastião Rodrigues.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 89/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 36/78, ex-Proposição no. 122/78, aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Diamante do Norte, visando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 91/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 51/78, ex-Proposição no. 155/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, com a Prefeitura de Cornélio Procopio, visando a execução de serviços de pavimentação e obras complementares no aeroporto do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 100/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 32/78, ex-Proposição no. 176/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Colombo, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba na realização de serviços voltados ao desenvolvimento do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 109/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 49/78, ex-Proposição no. 153/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Arapongas, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 114/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 64/78, ex-Proposição no. 178/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Curitiba, com interveniência da URBS, objetivando alocação de recursos para implantação da Cidade Industrial de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 115/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 70/78, ex-Proposição no. 194/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Grandes Rios, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 116/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 71/78, ex-Proposição no. 195/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SÃO THOMÉ, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 132/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 02/78, ex-Proposição no. 65/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de JAGUARIAÍVA, objetivando execução de obras de reparos nos prédios das Escolas Olavo Bilac e Nilo Peçanha. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 204/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 335/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de COLORADO, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 205/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 343/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de ASSAÍ, objetivando a execução de reparos no prédio do Colégio Estadual Conselheiro Carrão. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 206/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 344/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de JAPIRA, objetivando a execução de reparos no prédio do Colégio Comercial Mal. Arthur da Costa e Silva. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 207/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 345/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de UNIFLÔR, objetivando a execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Padre José de Anchieta. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 208/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 346/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de ITAMBARACÁ, objetivando reparos nos prédios onde funcionam diversos Grupos Escolares e Cadeia Pública. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 209/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 347/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de GUAPIRAMA, objetivando a execução de reparos no prédio do Posto de Saúde e do Grupo Escolar David Carneiro. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 210/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 348/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de RIBEIRÃO DO PINHAL, objetivando a execução de reparos nos prédios do Grupo Escolar Marcelino Nogueira e da Unidade Sanitária local. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 211/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 349/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de LARANJEIRAS DO SUL, objetivando a execução de reparos no prédio do Ginásio Estadual da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 212/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 350/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de SALTO DO ITARARÉ, objetivando a execução de reparos nos prédios dos Grupos Escolares José Eugênio de Carvalho e Delfim Fragozo. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 213/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 351/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de SÃO JORGE DO IVAÍ, objetivando a execução de reparos nos prédios do Grupo Escolar Márcia Vaz Tosta de Abreu e da Casa Escolar D. Pedro II. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 214/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 352/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de MARIALVA, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar Olavo Bilac. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 215/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 353/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de MEDIANEIRA, objetivando a execução de reparos no prédio da Escola Clóvis Beviláqua. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 216/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 354/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de LUPIONÓPOLIS, objetivando a execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de Ensino, localizados em (ÁGUA DA FÉ — ÁGUA DA PACA — ÁGUA DA ANTA — ÁGUA FAZENDA JANGADA — ÁGUA FAZENDA SÃO PAULO e FAZENDA CASTOLDI), naquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 217/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 355/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de INÁCIO MARTINS, objetivando a execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Luiz Schleder. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 218/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 356/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de ENÉAS MARQUES, objetivando a execução de reparos no prédio das 8 Escolas Estaduais Rurais. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 219/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 85/78, ex-Proposição no. 358/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de GUAIRACÁ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 221/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 90/78, ex-Proposição no. 363/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de NOVA ALIANÇA DO IVAÍ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 222/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 91/78, ex-Proposição no. 364/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CIANORTE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 223/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 91/78, ex-Proposição no. 369/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de TERRA ROXA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 224/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 97/78, ex-Proposição no. 378/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de RESERVA, com interveniência da Secretaria do Planejamento e da FUNDEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 225/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 99/78, ex-Proposição no. 385/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de TOLEDO, com interveniência da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da PRODOPAR. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 226/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 99/78, ex-Proposição no. 386/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de MATELÂNDIA, com a interveniência da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros do Programa Oeste do Paraná-PRODOPAR. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 227/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 99/78, ex-Proposição no. 387/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CATANDUVAS, com a interveniência da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros do PRODOPAR. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 230/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 02/78, ex-Proposição no. 59/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ARAPONGAS, objetivando a execução de obras em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de Ensino, naquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 231/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 02/78, ex-Proposição no. 66/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de ARAPONGAS, objetivando execução de obras em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de Ensino e no prédio da Delegacia e Cadeia Pública local. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 240/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 17/78, ex-Proposição no. 102/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de FRANCISCO ALVES, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres

FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 254/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 339/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, e o Município de QUINTA DO SOL, objetivando reparos em prédios onde funcionam o Ginásio Estadual São Judas Tadeu e o Grupo Escolar Quinta do Sol. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 255/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 340/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, e o Município de CÉU AZUL, objetivando reparos em prédio onde funciona o Grupo Escolar Vital Brasil. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 256/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 341/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, e o Município de JARDIM OLINDA, objetivando reparos em prédio onde funciona a Unidade Sanitária local. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 257/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 342/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, e o Município de REALEZA, objetivando reparos em prédios onde funcionam os Grupos Escolares Independência e Doze de Novembro. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 258/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 91/78, ex-Proposição no. 365/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de INDIANÓPOLIS, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 259/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 91/78, ex-Proposição no. 366/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de JANIÓPOLIS, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, naquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 260/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 91/78, ex-Proposição no. 368/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, naquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 263/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 97/78, ex-Proposição no. 375/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de ARARUNA, com interveniência de órgãos que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 264/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 97/78, ex-Proposição no. 376/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de GOIOERÊ, com interveniência de órgãos e objetivos que especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 265/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 97/78, ex-Proposição no. 377/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de MOREIRA SALLES, com interveniência de órgãos e objetivos que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 269/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 100/78, ex-Proposição no. 390/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da COMEG, e o Município de CONTENDA, visando realização de obras que objetivam o desenvolvimento urbano, do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 270/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 100/78, ex-Proposição no. 391/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da COMEG, e o Município de ARAUCÁRIA, visando realização de obras que objetivam o desenvolvimento urbano, do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 278/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 101/78 — ex-Proposição no. 405/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, objetivando estudos e projetos, para realização de obras e serviços de interesse metropolitano, inclusive planejamento integrado de uso do solo. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 279/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 101/78, ex-Proposição no. 406/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CONTENDA, objetivando estudos e projetos, para realização de obras e serviços de interesse metropolitano, inclusive planejamento integrado de uso do solo. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 280/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 101/78, ex-Proposição no. 407/78 — aprova

convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de PIRAQUARA, objetivando estudos e projetos, para realização de obras e serviços de interesse metropolitano, inclusive planejamento integrado de uso do solo. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 281/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 103/78, ex-Proposição no. 409/78 — aprova convênios de Auxílios e Cooperação, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com os municípios ali nominados e interveniência da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 282/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem no. 104/78, ex-Proposição no. 410/78 — aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede dos mesmos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 189/78, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem no. 133/78 — que objetiva a criação de cargos que especifica, na JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ, e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI No. 189/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Ficam criados na Junta Comercial do Paraná, os seguintes cargos de provimento em comissão:

No. cargos	Denominação	Símbolo
1	Presidente	DAS-2
1	Vice-Presidente	DAS-4
1	Secretário Geral	DAS-4
1	Procurador Regional	DAS-5
2	Chefes de Coordenadoria	1-C
1	Subprocurador Regional	1-C

Art. 2o. — Os Vogais da Junta Comercial do Paraná, farão jus a uma gratificação igual a trinta por cento do maior salário mínimo vigente no Estado, por sessão a que comparecerem, até o máximo de dezesseis mensais.

Parágrafo único. Perceberão, ainda, os Vogais, uma parte fixa arbitrada por ato do Governador do Estado, em valor que, somado ao teto da vantagem de que trata o "caput" deste artigo, não ultrapasse os vencimentos do cargo de Secretário Geral.

Art. 3o. — Os Vogais da Junta Comercial gozarão trinta dias consecutivos de férias anuais, com direito à percepção da parte fixa da respectiva remuneração e da gratificação variável calculada pela média das sessões comparecidas nos doze meses anteriores.

Art. 4o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1978.

(a) Poder Executivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI No. 189/78

PARECER

O presente projeto de lei oriundo de Mensagem Governamental, tem por objetivo a criação de cargos que especifica, na Junta Comercial do Paraná, e dá outras providências.

Analisando-se o aspecto constitucional e legal da matéria a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que a proposição se encontra devidamente justificada, utilizando-se assim o Senhor Governador de preceito constitucional para o fim de atender os altos interesses da Administração estadual.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Fabiano Braga Côrtes, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI No. 189/78

PARECER

A proposição em tela, oriunda de Mensagem Governamental, tem por finalidade a criação de cargos em comissão, conforme especifica, na Junta Comercial do Paraná, e dá outras providências.

O aspecto financeiro, a que se avoca esta Comissão de Finanças, para a sua competente análise, está devidamente atendido, pois que a recente Lei no. 7.039 — de 19 de outubro do corrente, que transformou a Junta Comercial em autarquia, prevê com recursos próprios as despesas de pessoal e administração, não havendo assim, qualquer implicação de ordem financeira ao erário estadual.

Com isso, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1978.

(a) Erondy Silvério, Presidente e Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 190/78, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem no. 134/78 — que objetiva reajustar os valores constantes das Tabelas integrantes da Lei no. 6.972, de 30.12.77, que dispõe sobre a TAXA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI No. 190/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Os valores constantes das tabelas integrantes da Lei Estadual no. 6.972, de 30 de dezembro de 1977, ficam reajustados, tomando-se por base o valor de referência estabelecido pelo Governo Federal, na conformidade do Art. 2o. da Lei Federal no. 6.205, de 29 de abril de 1975.

Art. 2o. — O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, baixará Resolução fixando os valores respectivos, respeitado o limite estabelecido no artigo anterior. Os valores somente serão cobrados a partir de 1o. de janeiro de 1979.

Art. 3o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1978.

(a) Poder Executivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI No. 190/78

PARECER

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Projeto de Lei no. 190/78, tem por finalidade reajustar os valores constantes das tabelas integrantes da Lei no. 6.972, de 30.12.77, que dispõe sobre a Taxa de Segurança Pública.

O reajuste pleiteado, tem por base os termos da Lei Federal no. 6.205, de 29.04.75.

Legal e constitucionalmente, a matéria se encontra em condições de merecer a aprovação desta Casa.

Com isso o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI No. 190/78

PARECER

Visa o presente projeto de lei, oriundo de Mensagem Governamental, reajustar os valores constantes das tabelas integrantes da Lei no. 6972, de 30 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a Taxa de Segurança Pública.

Analisando-se o aspecto financeiro da matéria, a que é chamada a opinar esta Comissão de Finanças, deparamos que a medida proposta encontra o competente amparo na legislação federal, quando estabelece o "quantum" a ser acrescido aos valores das tabelas que dispõe sobre os setores responsáveis pela Segurança Pública em nosso Estado.

Com isso, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1978.

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Gabriel Manoel, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 196/78, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem no. 139/78 — que objetiva reestruturação do QUADRO PRÓPRIO DO CORPO INSTRUTIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI No. 196/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — O Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, passa a ser regido pelo disposto nesta Lei.

Art. 2o. — O Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas compreende o seu quadro de funcionários e tem como atribuições todos os serviços administrativos do Tribunal, subordinados à Presidência e sob a direção da Diretoria Geral.

Art. 3o. — Compete ao Presidente do Tribunal, ouvido o Plenário, o provimento dos cargos integrantes do Corpo Instrutivo e as alterações que nele ocorrerem, na forma da lei ou do disposto em Provimento Regimental.

Art. 4o. — O Corpo Instrutivo do Tribunal, compõe-se de:

- I - Gabinete da Presidência;
- II - Gabinetes dos Conselheiros, Auditores, da Corregedoria-Geral e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal;
- III - Diretoria-Geral;
- IV - Inspeção Geral de Controle;
- V - Inspeções de Controle Externo;
- VI - Diretoria de Pessoal e Contabilidade;
- VII - Diretoria de Expediente, Arquivo e Protocolo;
- VIII - Diretoria Revisora de Contas;
- IV - Diretoria de Tomada de Contas;
- X - Diretoria de Contas Municipais;
- XI - Diretoria de Administração do Material e Patrimônio; e
- XII - Assessoria Técnico-Jurídica.

Art. 5o. — Os Gabinetes são órgãos de apoio administrativo e de assessoramento e terão suas atribuições básicas disciplinadas em Provimento Regimental.

DA DIRETORIA GERAL

Art. 6o. — A Diretoria-Geral, com funções relativas à ordenação das atividades referentes aos meios administrativos necessários ao funcionamento do Tribunal, executará o preparo, o exame e instruções de processos a ele submetidos.

Parágrafo único. — A Diretoria-Geral será dirigida por um Diretor-Geral e terá suas atribuições e seus serviços fixados e definidos em Provimento Regimental.

DA INSPETORIA GERAL DE CONTROLE

Art. 7o. — À Inspeção Geral de Controle compete receber das Inspeções de Controle Externo os relatórios mensais, acompanhados dos respectivos balancetes dos órgãos e entidades fiscalizadas, com a finalidade de compor o conjunto do movimento orçamentário e financeiro do Estado, seus atos e fatos, para servir de base ao exame das contas anuais de cada órgão e entidade pública ou vinculada ao Estado, sujeitas ao julgamento do Tribunal de Contas e ao Parecer Prévio que o Tribunal deve emitir sobre as contas do Governador do Estado e as dos Municípios, e informações que, por preceito constitucional ou legal deve o Tribunal prestar ou certificar.

Parágrafo único. — A Inspeção de Controle terá como responsável um Inspetor Geral de Controle e será organizada e superintendida pela Presidência do Tribunal de forma a atender aos fins a que se destina e terá suas atividades e serviços disciplinados e definidos em Provimento Regimental.

DAS INSPETORIAS DE CONTROLE EXTERNO

Art. 8o. — Às Inspeções de Controle Externo, como órgãos setoriais, incumbe, basicamente, a fiscalização, "in loco", de todos os atos da administração pública direta e indireta do Estado, autarquias, fundos, fundações instituídas pelo poder público, entidades públicas com personalidade jurídica de direito privado, cujo capital pertença, exclusiva ou majoritariamente, ao Estado, ao Município ou a qualquer entidade da respectiva administração indireta, de que resultem receita ou despesa pública.

Parágrafo único. — Às Inspeções de Controle Externo, dirigidas por Inspectores de Controle Externo, serão distribuídas, para efeito de subordinação, entre os Conselheiros e têm sua composição e funcionamento regulados em ato próprio do Tribunal.

DA DIRETORIA DE PESSOAL E CONTABILIDADE

Art. 9o. — À Diretoria de Pessoal e Contabilidade, compete organizar os assentamentos e todo o serviço relativo às ocorrências funcionais do pessoal e membros do Tribunal e dos atos e fatos administrativos que envolvam as finanças e orçamento do Tribunal.

Parágrafo único. — À Diretoria de Pessoal e Contabilidade, será dirigida por um Diretor e terá seus serviços e demais atribuições definidos em Provimento Regimental.

DA DIRETORIA DE EXPEDIENTE, ARQUIVO E PROTOCO

Art. 10 — À Diretoria de Expediente, Arquivo e Protocolo, compete protocolar e autuar todo o expediente que seja encaminhado ao Tribunal, informar as partes e expedir a correspondência e os processos depois de sua tramitação, sendo responsável, também, pelo arquivo do Tribunal.

Parágrafo único. — A Diretoria de Expediente, Arquivo e Protocolo será dirigida por um Diretor e terá seus serviços e demais atribuições definidas em Provimento Regimental.

DA DIRETORIA REVISORA DE CONTAS

Art. 11 — À Diretoria Revisora de Contas, compete examinar a situação dos responsáveis por adiantamentos e

informar as respectivas comprovações de sua aplicação, mediante cadastro e controle dos responsáveis.

Parágrafo único. A Diretoria Revisora de Contas será dirigida por um Diretor e terá seus serviços definidos em Provimento Regimental.

DA DIRETORIA DE TOMADA DE CONTAS

Art. 12 — À Diretoria de Tomada de Contas, compete conferir definitivamente os balancetes das repartições arrecadoras do Estado, fundamentando a conferência nas normas legais vigentes. Fazer o levantamento das contas dos responsáveis e remetê-las para julgamento do Tribunal; manter um arquivo dos elementos necessários à comprovação, registro e cancelamento de responsabilidades e manter atualizado o cadastro das fianças dos exatores e responsáveis por bens públicos.

Parágrafo único. A Diretoria de Tomada de Contas será dirigida por um Diretor e terá seus serviços definidos em Provimento Regimental.

DA DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

Art. 13 — À Diretoria de Contas Municipais, compete o exame das contas do exercício financeiro dos órgãos municipais, informando-as tecnicamente, bem como instruir as consultas, contábil e juridicamente, que versem sobre a matéria do âmbito dos municípios.

Parágrafo único. A Diretoria de Contas Municipais será dirigida por um Diretor e terá seus serviços definidos em Provimento Regimental.

DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MATERIAL E PATRIMÔNIO

Art. 14 — À Diretoria de Administração do Material e Patrimônio compete, basicamente, zelar pelo uso, segurança e manutenção do patrimônio, fazer a requisição e escriturar o material do Tribunal, efetuando, anualmente, o inventário de seus bens. Compete, ainda, a fiscalização sobre os serviços das viaturas do Tribunal, e a assistência técnica aos órgãos do Tribunal em assuntos especializados relacionados com a área de Engenharia.

Parágrafo único. A Diretoria de Administração do Material e Patrimônio será dirigida por um Diretor e terá seus serviços e demais atribuições fixados em Provimento Regimental.

DA ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA

Art. 15 — À Assessoria Técnico-Jurídica compete, basicamente, as atividades de assessoramento jurídico e assistência técnica em assuntos especializados relacionados às áreas de Economia, Direito, Contabilidade, Engenharia e Administração, bem como dará parecer jurídico em processos referentes ao Pessoal do Corpo Instrutivo.

Parágrafo único. Os serviços e atribuições da Assessoria Técnico-Jurídica serão definidos em Provimento Regimental.

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 16 — O Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, estruturado em cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão, é o constante dos Anexos I e II.

Parágrafo único. Fica mantida a carreira de Médico, criada pela Lei no. 6.117, de 22 de junho de 1970.

Art. 17 — Nos cargos de Técnico de Controle Externo, cuja carreira passa a ser privativa de portadores de diploma de nível superior, devidamente registrado, nas áreas de Ciências Jurídicas, Econômicas, Contábeis, Engenharia e Administração, serão enquadrados, respectivamente, como:

a) Técnico de Controle Externo TC-100.5: os atuais titulares dos cargos isolados de provimento efetivo de Secre-

tário-Geral, Diretor, Assessor Técnico, Assistente Técnico da Presidência e Tesoureiro e os titulares dos cargos efetivos de Assessor Jurídico TC-30 e Engenheiro TC-30;

b) Técnico de Controle Externo TC-100.4: os atuais titulares dos cargos efetivos de Assessor-Jurídico TC-29, Economista TC-29, Contador TC-29 e Engenheiro TC-29;

c) Técnico de Controle Externo TC-100.3: os atuais titulares dos cargos efetivos de Assessor Jurídico TC-28, Economista TC-28, Contador TC-28 e do cargo isolado de provimento efetivo de Auxiliar Técnico TC-28; e

d) Técnico de Controle Externo TC-100.2: os atuais titulares dos cargos efetivos de Economista TC-27 e Contador TC-27.

Art. 18 — Nos cargos efetivos de Auxiliar de Plenário, cuja carreira passa a ser privativa de portadores de diploma de curso superior ou de Taquigrafia, devidamente registrados, serão enquadrados, respectivamente, como:

a) Auxiliar de Plenário TC-200.2: os atuais titulares dos cargos efetivos de Redator TC-26 e TC-25 e Técnico Orçamentarista TC-25; e

b) Auxiliar de Plenário TC-200.1: os atuais titulares dos cargos efetivos de Taquígrafo TC-25 e TC-24 e do cargo isolado de provimento efetivo de Bibliotecário TC-19.

Art. 19 — Nos cargos efetivos de Oficial de Controle, cuja carreira passa a ser privativa de portadores de diploma de curso de 2.º grau, devidamente registrado, serão enquadrados, respectivamente, como:

a) Oficial de Controle TC-300.4: os atuais titulares dos cargos efetivos de Oficial de Instrução TC-23 e TC-22 e os titulares dos cargos isolados de provimento efetivo de Assistente de Delegado TC-19 e Auxiliar de Tesoureiro TC-19;

b) Oficial de Controle TC-300.3: os atuais titulares dos cargos efetivos de Oficial de Instrução TC-21, Auxiliar de Instrução TC-20 e dos cargos isolados de provimento efetivo de Arquivista TC-19 e Motorista TC-19; e

c) Oficial de Controle TC-300.2: os atuais titulares dos cargos efetivos de Auxiliar de Instrução TC-19 e TC-18.

Art. 20 — Nos cargos efetivos da carreira de Auxiliar de Controle serão enquadrados, respectivamente, como:

a) Auxiliar de Controle TC-400.3: os atuais titulares dos cargos efetivos de Técnico de Mecanização TC-19 e TC-18 e Motorista TC-18;

b) Auxiliar de Controle TC-400.2: os atuais titulares dos cargos efetivos de Técnico de Mecanização TC-17 e Motorista TC-17; e

c) Auxiliar de Controle TC-400.1: os atuais titulares dos cargos efetivos de Técnico de Mecanização TC-16, Datilógrafo TC-16 e TC-15 e Motorista TC-16.

Art. 21 — Nos cargos efetivos da carreira de Auxiliar Administrativo serão enquadrados, respectivamente, como:

a) Auxiliar Administrativo TC-500.3: os atuais titulares dos cargos efetivos de Datilógrafo TC-14 e TC-13 e Arquivista TC-13;

b) Auxiliar Administrativo TC-500.2: os atuais titulares dos cargos efetivos de Arquivista TC-12 e Telefonista TC-10 e TC-9.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22 — Os ocupantes dos cargos da classe final da carreira de Oficial de Controle, respeitado o interesse da administração, poderão ser providos, por acesso, para a classe inicial dos cargos da carreira de Auxiliar de Plenário e os ocupantes dos cargos da classe final da carreira de Auxiliar de Controle, para a classe inicial dos cargos da carreira de Oficial de Controle.

Parágrafo único. Para efeito de acesso, serão observadas as normas estatutárias e a habilitação profissional do funcionário, respeitado o número de vagas existentes.

Art. 23 — O provimento dos cargos vagos existentes

nos níveis iniciais das carreiras constantes do Anexo I será feito mediante concurso público.

Art. 24 — Os concursos públicos para provimento dos cargos vagos existentes nos níveis iniciais das carreiras de Técnico de Controle Externo, Auxiliar de Plenário e Oficial de Controle, serão sempre precedidos de processo seletivo interno, de caráter competitivo, entre funcionários integrantes do Quadro Próprio do Corpo Instrutivo.

Art. 25 — Aos ocupantes dos cargos referidos nos artigos 17 e 18, aplicam-se as disposições das Leis nos. 6593/74 e 6641/74, com os posteriores reajustes, ficando seus valores unificados, respectivamente, pelos concedidos aos cargos efetivos de Assessor Jurídico e Redator, constantes da estrutura anterior.

Art. 26 — Ficam mantidas as Funções Gratificadas e as Gratificações de Representação já existentes, as quais serão adaptadas à nova estrutura ora criada, por ato do Presidente do

Tribunal.

Art. 27 — As responsabilidades, habilitação técnica, funções e demais características dos cargos constantes dos Anexos I e II, que integram o Quadro Próprio do Corpo Instrutivo, serão estabelecidas e definidas em Provimento Regimental.

Art. 28 — Os casos omissos referentes à organização dos serviços administrativos do Tribunal, serão regulados em Provimento Regimental.

Art. 29 — As despesas com a execução da presente lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no Orçamento do Estado ao Tribunal de Contas.

Art. 30 — Fica expressamente revogada a Lei no. 6117, de 22 de junho de 1970, e demais disposições em contrário.

Art. 31 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1978.

(a) JAYME CANET JÚNIOR.

ANEXO I
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Nº Cargos	Denominação	Simbologia	Valor
23	TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO	TC-100.5	13.520,00
19	TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO	TC-100.4	11.400,00
26	TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO	TC-100.3	9.200,00
25	TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO	TC-100.2	7.360,00
81	TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO	TC-100.1	6.520,00
03	AUXILIAR DE PLENÁRIO	TC-200.2	6.300,00
07	AUXILIAR DE PLENÁRIO	TC-200.1	6.050,00
05	OFICIAL DE CONTROLE	TC-300.5	5.780,00
38	OFICIAL DE CONTROLE	TC-300.4	5.400,00
50	OFICIAL DE CONTROLE	TC-300.3	4.900,00
30	OFICIAL DE CONTROLE	TC-300.2	4.400,00
35	OFICIAL DE CONTROLE	TC-300.1	4.200,00
15	AUXILIAR DE CONTROLE	TC-400.3	4.000,00
15	AUXILIAR DE CONTROLE	TC-400.2	3.600,00
35	AUXILIAR DE CONTROLE	TC-400.1	3.100,00
30	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	TC-500.3	2.850,00
06	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	TC-500.2	2.540,00
25	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	TC-500.1	2.000,00
01	MÉDICO	TC-30	6.821,00
01	MÉDICO	TC-29	6.516,00

ANEXO II
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Nº de Cargos	Denominação	Simbologia	Valor
01	Diretor-Geral	DAS-2	19.239,00
06	Diretor	DAS-4	15.338,00
01	Diretor de Gabinete da Presidência	DAS-4	15.338,00
01	Inspetor Geral de Controle	DAS-4	15.338,00
06	Inspetor de Controle Externo	DAS-4	15.338,00
07	Auxiliar de Controle Externo	3-C	7.414,00

PRESIDÊNCIA

01	Assessor Técnico da Presidência	DAS-4	15.338,00
01	Oficial de Gabinete	2-C	8.060,00
01	Oficial de Gabinete	3-C	7.414,00
02	Oficial de Gabinete	4-C	6.822,00
01	Auxiliar de Gabinete da Presidência	5-C	6.276,00

CONSELHEIROS

07	Diretor de Gabinete de Conselheiro	DAS-4	15.388,00
07	Assessor Técnico de Conselheiro	DAS-4	15.338,00
07	Oficial de Gabinete de Conselheiro	2-C	8.060,00
07	Auxiliar de Gabinete do Conselheiro	5-C	6.276,00

PROCURADORIA

01	Assessor de Gabinete da Procuradoria	DAS-5	8.757,00
01	Chefe de Gabinete da Procuradoria	2-C	8.060,00
01	Auxiliar de Gabinete da Procuradoria	5-C	6.276,00

AUDITORIA

01	Assessor de Gabinete da Auditoria	DAS-5	8.757,00
01	Chefe de Gabinete da Auditoria	2-C	8.060,00
01	Auxiliar de Gabinete da Auditoria	5-C	6.276,00

CORREGEDORIA

01	Auxiliar de Gabinete da Corregedoria	5-C	6.276,00
----	--------------------------------------	-----	----------

DIRETORIA-GERAL

01	Assessor Jurídico da Diretoria-Geral	1-C	8.757,00
01	Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral	2-C	8.060,00
01	Secretário do Conselho Superior	2-C	8.060,00
01	Assistente Técnico do Conselho Superior	5-C	6.276,00
01	Auxiliar de Gabinete da Diretoria-Geral	6-C	5.772,00

DIRETORIAS

07	Assistente de Diretoria	4-C	6.822,00
----	-------------------------	-----	----------

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei no. 196/78

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Projeto de Lei no. 196/78, tem por finalidade reestruturar o Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Analisando-se o aspecto constitucional e legal da matéria, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que, constitucionalmente, a competência para a proposta legislativa da proposição está prevista no Art. 47 e incisos da Constituição Estadual.

Quanto ao aspecto legal e formal do Projeto de Lei, é de ressaltar que a competente exposição de motivos que o acompanha, nos convence de sua legalidade e oportunidade, deixando-se para um melhor exame sobre o mérito da matéria, para a douda Comissão de Recursos Humanos.

Com isso, o nosso parecer é Favorável, já que não existe óbice algum que possa obstar a sua normal tramitação por esta Casa, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1978.

(a) Paulo Camargo, Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei no. 196/78

O presente Projeto de Lei no. 196/76, oriundo de Mensagem Governamental, tem por finalidade reestruturar o Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

Analisando-se o aspecto financeiro da matéria a que é chamada a opinar esta Comissão de Finanças, temos que as despesas decorrentes da aplicação do proposto, estão previstas no orçamento estadual em dotações destinadas ao Tribunal de Contas.

Assim sendo, nada há que possa obstar a sua tramitação normal por esta Casa, opinando-se favoravelmente à sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1978.

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Gabriel Manoel, Relator

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 199/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 149/78, que objetiva dar nova redação ao § 1o. do artigo 22, da Lei no. 6417, de 03.07.73, que dispõe sobre o CÓDIGO DE VENCIMENTOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO. Com Substitutivo Geral da C.C. J. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., na forma do Substitutivo. E Emenda da C.F., por unanimidade. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI No. 199/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — O § 1o. do artigo 22, da Lei no. 6417, de 03 de julho de 1973, passa a ter a seguinte redação:

"§ 1o. — Gratificação Tipo I — 40% (quarenta por cento) do soldo.

— Gratificação Tipo II — 35% (trinta e cinco por cento) do soldo".

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1978.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei no. 199/78

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Projeto de Lei no. 199/78, tem por objetivo dar nova redação ao parágrafo primeiro do Art. 22 da Lei no. 6417, de 03/07/73, que dispõe sobre o "Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado".

Analisando-se o aspecto constitucional e legal da matéria a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que, constitucionalmente, a competência para a proposta legislativa da proposição está prevista no Art. 47 e incisos da Constituição Estadual.

Quanto aos aspectos legais e formais do Projeto de Lei, é de ressaltar que a competente exposição de motivos que o acompanha, nos convence de sua legalidade e oportunidade, deixando-se, porém, para um melhor exame sobre o mérito da matéria, para a douda Comissão de Recursos Humanos.

Com isso o nosso parecer é Favorável, já que não existe óbice algum que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, opinando-se pela sua Aprovação, na forma do Substitutivo que anexo apresentamos, visando corrigir a redação em face da Lei 6417.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(a) Paulo Camargo, Presidente e Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo Geral ao Projeto de Lei no. 199/78

Art. 1o. — Os itens 1 e 2 do Art. 22, da Lei no. 6417, de 03 de julho de 1973, passam a ter as seguintes redações:

"1) — Gratificação Tipo I — 40% (quarenta por cento) do soldo.

2) — Gratificação Tipo II — 35% (trinta e cinco por cento) do soldo."

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(a) Paulo Camargo, Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei no. 199/78

O presente Projeto de Lei no. 199/78, oriundo da Mensagem Governamental no. 149/78, objetiva dar nova redação aos itens 1 e 2 do Art. 22 da Lei no. 6417, de 03/07/73 - que dispõe sobre o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado.

Sobre a matéria, houve o pronunciamento favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça, apresentando Substitutivo Geral, visando corrigir equívoco no enunciado do projeto de lei em relação à Lei que se pretende modificar.

Quanto ao aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão de Finanças, temos que o Orçamento Geral do Estado com relação à parte de pessoal estabelece certos critérios flexíveis que possibilitam o atendimento das despesas previstas, que comportam a previsão estabelecida na proposição ora em exame.

Com isso, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação na forma do Substitutivo Geral, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda que em anexo apresentamos, visando incorporar para os fins da reforma, inatividade e nas pensões dos dependentes do Pessoal da briosa Corporação da Polícia Militar do Estado, a gratificação de Função Policial Militar Categoria II, como uma das formas de melhor atender o pessoal da ativa com o pessoal na inatividade, à maneira como é tratado o pessoal da Polícia Civil do Estado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 1978.

(a) Erondy Silvério, Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei no. 199/78

EMENDA

Acrescente-se o seguinte artigo ao Projeto de Lei no. 199/78:

"Art. O Art. 89 da Lei no. 6417 de 03/07/73, fica acrescido do seguinte item 3:

- Art. 89
- 1) —
- 2) —

3) — Gratificação de Função Policial Militar Categoria II".
Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1978.

(a) Erondy Silvério, Presidente e Relator

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Vossa Excelência colocou em votação a emenda junto com o Projeto? Não foi feita esta distinção.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Esta Presidência colocou em votação apenas o projeto, porque a emenda e o substitutivo poderão ser apreciados tão somente em 2a. discussão e votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Acontece que Vossa Excelência havia anunciado a emenda. Muito obrigado pela informação.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 200/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 150/78 - que objetiva dar nova redação ao "caput" do artigo 87 da LEI COMPLEMENTAR No. 3, de 14.05.74., (ESTATUTO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO). Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. C.P. e C.R.H., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI No. 200/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — O "caput" do art. 87, da Lei Complementar no. 3, de 14 de maio de 1974, (Estatuto da Polícia Civil), alterado pela Lei Complementar no. 6, de 24 de junho de 1976, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 87 — A gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva será calculada entre os limites de cinquenta e cento e vinte por cento dos respectivos vencimentos básicos".

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1978.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei no. 200/78

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Projeto de Lei no. 200/78, tem por finalidade dar nova redação ao "caput" do Art. 87, da Lei Complementar no. 03, de 14/5/74 — Estatuto da Polícia Civil do Estado.

Analisando-se o aspecto legal e constitucional da matéria, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que, constitucionalmente, a competência para a proposta legislativa da proposição está prevista no Art. 47 e incisos da Constituição Estadual, quando define as competências do Chefe do Poder Executivo.

Quanto aos aspectos legais e formais do projeto de lei, é de ressaltar que a justificativa que o acompanha, através da Mensagem no. 148/78, nos convence da sua oportunidade, deixando-se para um melhor exame sobre o seu mérito, para a douta Comissão de Recursos Humanos.

Com isso, o nosso parecer é Favorável, já que não existe óbice algum que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1978.

(a) Paulo Camargo, Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei no. 200/78

A proposição em tela, oriunda de Mensagem Governamental, tem por finalidade dar nova redação ao "caput" do Art. 87,

da Lei Complementar no. 03, de 14 de maio de 1974 — Estatuto da Polícia Civil do Estado, visando dar melhor equacionamento ao pagamento da Gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, aos integrantes da Polícia Civil do Estado.

O aspecto financeiro da matéria, está devidamente atendido, pois as previsões orçamentárias decorrentes das despesas de pessoal, comportam perfeitamente a sua execução.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1978.

(a) Erondy Silvério, Presidente e Relator

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 201/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 151/78, que fixa, a partir de 01.01.79, novos valores de VENCIMENTOS dos cargos efetivos e em Comissão e das funções gratificadas do PESSOAL CIVIL dos PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO e do TRIBUNAL DE CONTAS, bem como dos integrantes da Polícia Militar do Estado, e dá outras providências. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 110/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 53/78, ex-Proposição no. 157/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Departamento de Ensino Supletivo do Ministério da Educação e da Cultura, objetivando o desenvolvimento de cursos profissionais nível de 1o. grau, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 111/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/78, ex-Proposição no. 160/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Instituto Nacional do Livro - MEC, objetivando finalidade que especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando a juntada do Ofício no. 3966, do Tribunal Regional Eleitoral, ao projeto de lei que eleva o número de vereadores da Câmara Municipal de Cascavel de 15 para 21. — **Deferido. Junte-se ao referido projeto de lei.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Padre Francisco Belinoski, bem como do Diácono Vicente Nalepa Stigar. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Rüppel, com o apoio do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Luiz Carlos Montenegro, funcionário do D.E.E.R. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Padre Francisco Belinoski, do Diácono Vicente Nalepa Stigar e do carpinteiro Fernando Costa, em trágico acidente. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando seja juntado ao processo do Projeto de Lei no. 95/77, o ofício no. 602/77, do Secretário dos Transportes. — **Defiro. Junte-se ao referido projeto.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final de diversos projetos de lei e de resolução. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nos. 89/78, 91, 100, 109, 114, 115, 116, 132, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 230, 231, 240, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 263, 364, 265, 269, 270, 278, 279, 280, 281 e 282/78.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nos. 189/78, 190, 196, 199, 200 e 201/78, e dos Projetos de Resolução nos. 110 e 111/78.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nos. 204 e 198/78.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nos. 290, 321, 354 e 323/78,

Marcando ainda uma sessão para sexta-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nos. 65/78, 87, 88, 102, 103, 108, 112, 122, 123, 133, 134, 141, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 201, 203, 234, 235, 236, 237 e 238/78.

Levanta-se a Sessão.

Decretos:

DECRETO LEGISLATIVO No. 560/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 9837, de 11 de outubro de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder à funcionária MARIA NEIDE BOZA STIVAL, matrícula no. 221, ocupante do cargo de nível PL "15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 07 de janeiro de 1978, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%) de acordo com o Art. 170 da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de novembro de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO No. 561/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 9505, de 03 de outubro de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

designar o funcionário RUBENS DAMAS, matrícula no. 371, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Chefe de Controle do Material e Consumo do Departamento Administrativo, deste Poder, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, enquanto perdurar o afastamento do titular.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de novembro de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO No. 562/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 9332, de 27 de setembro de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar retificar "ex-officio", o Decreto Legislativo no. 342/54, de 30 de abril de 1954, para declarar que o tempo contado pelo mesmo em favor de MARIA AMALIA CESAR CERCAL DE OLIVEIRA, matrícula no. 104, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, é de sete (07) meses e dezoito (18) dias, e não como ali constou.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de novembro de 1978

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO No. 563/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 11075, de 20 de novembro de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

exonerar a pedido, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, ocupante do cargo em Comissão, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Trajano Bastos.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 22 de novembro de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário